

Sumário

1. Accountability: perante quem e para o que?
2. Como alcançar accountability judicial
3. Detectar corrupção em sistemas judiciais
4. Garantindo disciplina judicial efetiva
5. Principais recomendações



Accountability e disciplina judicial

O judiciário precisa ser independente de influências externas, especialmente de entidades políticas e econômicas como agências governamentais ou federações de indústrias. Todavia, a independência judicial não significa que os juízes e oficiais nos tribunais deverão ter a liberdade de agir como querem. De fato, independência judicial deve estar fundamentada na confiança pública e, para que esta seja mantida, os juízes deverão observar os máximos padrões de integridade e responder por estes. Quando juízes ou pessoal do tribunal for suspeito de quebrar a confiança do público, medidas justas precisam ser adotadas para detectar, investigar e sancionar práticas corruptas.

O judiciário precisa estar comprometido com a lei no sentido de que as decisões promulgadas estejam nos termos da lei e não sejam arbitrárias. Como outros setores do governo, deverá também responder perante um órgão externo.

O desenvolvimento de códigos de conduta judicial também podem oferecer medidas importantes para incentivar a responsabilidade judicial, uma vez que serve tanto como guia para a conduta judicial como também medida para tal.

A incorporação de proteção de denunciadores e telefones anticorrupção dentro dos sistemas judiciais pode contribuir para detectar a corrupção no judiciário.

1. *Accountability*: perante quem e para o que?

Nos conceitos usuais, *accountability* é simplesmente a habilidade de responsabilizar indivíduos ou instituições pelas suas ações. A questão para o judiciário é: responsabilidade perante quem e para o que? Em linhas gerais, o judiciário precisa se responsabilizar perante a lei, no sentido de que as decisões tomadas estejam de acordo com a lei e não sejam arbitrárias. Como outras partes do governo, também precisa se responsabilizar perante o público em geral, ao qual serve. Se o judiciário se responsabilizar perante um órgão externo, como um ministro de justiça, todavia, levanta questões sobre se o mesmo órgão pode ser usado para solapar a independência judicial. Mecanismos externos de *accountability* podem expor o judiciário ao risco de assédio ou intimidação pelas partes lesadas. Por outro lado, só a confiança em mecanismos de *accountability* internos levanta questões de legitimidade e transparência.

2. Como alcançar *accountability* judicial

O incentivo de uma cultura de independência, imparcialidade e responsabilidade entre juízes é um passo vital para garantir a integridade geral do judiciário. Isso é especialmente o caso em países nos quais existe uma falta de *accountability* em outros setores do governo. O desenvolvimento de códigos de conduta judiciais também pode oferecer medidas importantes para incentivar a *accountability* judicial, uma vez que servem simultaneamente como guia e como medida de conduta judicial. Associações de juízes fortes e independentes, nesse ínterim, pode proporcionar um ponto de referência seguro para juízes, permitindo que estes interajam com o estado de forma responsável, mas independente. Em última instância, todavia, o judiciário precisa se responsabilizar perante os cidadãos de um país, e atores da sociedade civil, incluindo a mídia e ONGs, deverão ter um papel predominante na busca pela *accountability* judicial.

3. Detectar corrupção em sistemas judiciais

Os juízes deverão tomar decisões sobre as violações da lei por indivíduos, governos e empresas, mas o que acontece se o próprio Juiz viola a lei? Enquanto a independência judicial exige que juízes tenham imunidade em medida limitada e que estes sejam protegidos por queixas triviais ou desagradáveis, é necessário que existam mecanismos para garantir que a corrupção praticada por juízes ou oficiais de justiça seja detectada, investigada e corretamente sancionada.

A incorporação de proteção de denunciantes ou telefones de denúncia anticorrupção como parte de sistemas judiciais podem contribuir com a detecção da corrupção no judiciário. Muitas vezes trata-se de membros corajosos da população ou indivíduos íntegros dentro do próprio sistema jurídico que

levantam a voz contra instâncias específicas de corrupção. Essa atividade pode ser encorajada pelo desenvolvimento de um processo confidencial e rigorosamente formal de forma que os advogados, usuários dos tribunais, procuradores, polícia, mídia e organizações da sociedade civil possam relatar suspeitas de corrupção ou corrupção evidente no sistema judicial.

4. Garantindo disciplina judicial efetiva

Há diferentes modelos para a disciplina judicial, todavia, todos os modelos tendem a operar em dois níveis: em primeiro lugar um sistema disciplinar que pode advertir, aplicar multas ou suspender juízes por violações; e, em segundo lugar um sistema de destituição de juízes em casos sérios de má-conduta, incluindo a corrupção.

É essencial que qualquer mecanismo disciplinar seja independente, justo e rigoroso. O juiz tem o direito de ser ouvido em processo justo, tem direito de representação legal e direito de recorrer em qualquer questão disciplinar. Em algumas instâncias um órgão de apelação ou conselho judicial pode ter funções disciplinares. Em outras, os tribunais superiores podem ser responsáveis por disciplinar os juízes de cortes menores, enquanto os juízes da corte suprema por sua vez podem ser suspensos pelo parlamento. Todos os tipos de procedimentos deverão ser equilibrados para, por um lado, proteger a independência judicial e por outro, garantir a *accountability* para manter a confiança pública. É importante que os mecanismos para a destituição de um juiz de seu cargo sejam justos, transparentes e que considerem o princípio de segurança do cargo vitalício judicial.

5. Principais recomendações

- 🌐 Deve-se estabelecer uma **imunidade limitada** para as atividades relacionadas a tarefas judiciais. Isso permite que os juízes tomem as suas decisões sem temerem uma ação civil; todavia a imunidade não deverá se aplicar à corrupção (ou outros delitos criminais).
- 🌐 **Regras disciplinares** deverão garantir que o judiciário realize investigações iniciais rigorosas de todas as alegações. **Um órgão independente precisa investigar queixas** contra juízes e justificar as suas decisões.
- 🌐 Padrões rígidos e exatos deverão ser aplicados para destituir juízes. **Mecanismos de destituição para juízes em todos os níveis** deverão ser claros, transparentes e justos, e é necessário dar razões para estas decisões. Se houver alguma ocorrência de corrupção, um juiz está sujeito à ação.

É essencial que qualquer mecanismo disciplinar seja independente, justo e rigoroso.

Essa posição política da TI é parte de uma série de prevenção de corrupção em sistemas judiciais. Foi elaborado em 2007 e revisado em 2008.

Os quatro tópicos cobertos nessa série são: Condições de trabalho decentes, nomeações justas, responsabilidade e disciplina e transparência. Todas as quatro posições políticas baseiam-se no Relatório global de corrupção da TI de 2007 sobre corrupção e sistemas judiciais.

Para saber mais sobre o GCR para 2007, visite: www.transparency.org/publications/gcr.

Maiores detalhes sobre o trabalho da TI sobre o judiciário constam em: www.transparency.org/global_priorities/other_thematic_issues/judiciary

Para maiores informações sobre esse documento de trabalho e outras séries entre em contato com Craig Fagan na secretaria da TI: [plres \[at\] transparency.org](mailto:plres@transparency.org).

**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**

Telefone

+49-30-343820 -0

Fax

+49-30-347039 -12

Secretaria Internacional

Alt-Moabit 96

10559 Berlin

Alemanha

IMPRESSO EM PAPEL RECICLADO

- ☉ Um juiz deverá ter o **direito a uma audiência justa**, a representantes legais e recursos em qualquer questão disciplinar.
- ☉ O **código de conduta judicial** serve como guia e diretriz para a conduta judicial, e deverá ser desenvolvido e implementado pelo judiciário. Quebras do código deverão ser investigadas e sancionadas por um órgão judicial.
- ☉ **Um processo de denúncia confidencial e rigoroso** é importante para que os advogados, usuários dos tribunais, promotores, polícia, mídia e organizações da sociedade civil possam relatar suspeita de quebras e quebras atuais do código de conduta, ou corrupção por juízes, administradores ou advogados.
- ☉ Uma **associação independente de juízes**, eleita por juízes, deverá representá-los em suas interações com o Estado e seus demais órgãos. Deve ser acessível a todos os juízes; apoiar juízes individuais em questões éticas e proporcionar um ponto de referência seguro para juízes que temem que podem ter se comprometido de alguma forma.☉

© 2008 Transparency International. All rights reserved.

Transparency International (TI) é uma organização da sociedade civil líder no combate mundial à corrupção. Em mais de 90 capítulos no mundo inteiro e uma secretaria internacional em Berlim, na Alemanha, a TI aumenta a percepção dos efeitos danosos da corrupção trabalhando com parceiros no governo, na sociedade comercial e civil para desenvolver e implementar medidas eficiente para sua solução. Para maiores informações, visite: www.transparency.org

ISSN 1998-6432